



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo nº 192424-7/01

Comarca: Recife

Agravante: Alexandre Diniz Farias

Agravado: Estado de Pernambuco

Relator: José Ivo de Paula Guimarães

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RECURSO DE AGRAVO EM DECISÃO TERMINATIVA. CONCURSO PÚBLICO JÁ HOMOLOGADO. PERDA DO OBJETO. MANUTENÇÃO DOS TERMOS DA DECISÃO. AGRAVO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1 - Após o encerramento do certame não há mais como efetuar as fases concursais.

2 - O interesse processual é condição da ação que se consubstancia em binômio, cujos termos são necessidade e utilidade do provimento objetivado com a demanda judicial. No presente caso, resta claro que o segundo aspecto do binômio, a utilidade do provimento judicial, mostra-se ausente, pois uma decisão proferida neste momento não seria capaz de satisfazer a pretensão do agravante.

3 - Não se pode vislumbrar a realização isolada de fases de concurso que já alcançou seu termo final, sendo descabida qualquer ingerência do Poder Judiciário em momento posterior ao encerramento do certame. Assim sendo, verifica-se a falta de interesse de agir.

4 - Mantidos os termos da decisão vergastada.

5 - Recurso de Agravo improvido.

6 - Decisão unânime.

09 - RA 0192424-7/01

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antonio, Recife/PE
CEP: 50.010.230 - Fone: (081) 3419-3726.



Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

80
142

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Agravo nº 192424-7/01, acima mencionado, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Egrégio Tribunal de Justiça, na sessão de / / , à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, mantendo os termos da decisão agravada. Tudo em conformidade com o relatório e o voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

Recife,

28 / 01 / 2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



80

143

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo nº 192424-7/01

Comarca: Recife

Agravante: Alexandre Diniz Farias

Agravado: Estado de Pernambuco

Relator: José Ivo de Paula Guimarães

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo em face de decisão terminativa, proferida nos autos da Apelação Cível, em apenso, a qual, com arrimo no art. 557, 1º - A, do CPC, deu provimento à interposição, e aplicou-lhe o efeito expansivo objetivo para, com supedâneo nos arts. 267, I, c/c 295, III, do CPC, declarar o feito primário (Ação Ordinária nº 001.2005.202590-0) resolvido sem apreciação de mérito, sem carga sucumbencial.

Em suas razões, de fls. 02/34, o agravante demonstra a sua irresignação em razão do ato administrativo que o declarou inapto no concurso para a PMPE. Em síntese, alega que: 1) Não houve perda do objeto da ação, o qual consiste na anulação de ato administrativo abusivo e ilegal; 2) A eliminação do candidato, do certame, por ter sido considerado inapto no exame de saúde/odontológico, em razão de não possuir um número mínimo de dentes naturais, fere os princípios constitucionais da Legalidade, da Razoabilidade, da Segurança Jurídica, da Moralidade e da Eficiência, elencados no art. 37/88.

Requer ao final, a reconsideração da decisão vergastada ou o seu processamento conforme a previsão do art. 557, § 1º, do CPC para que seja provido.

É o relatório.

Recife, 28 / 01 / 2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator

09 - RA 0192424-7/01

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antonio, Recife/PE
CEP: 50.010.230 - Fone: (081) 3419-3726.



32

14h

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Recurso de Agravo nº 192424-7/01

Comarca: Recife

Agravante: Alexandre Diniz Farias

Agravado: Estado de Pernambuco

Relator: José Ivo de Paula Guimarães

VOTO

O inconformismo do recorrente consiste na decisão terminativa, proferida nos autos da Apelação Cível, em apenso, a qual, com arrimo no art. 557, 1º - A, do CPC, deu provimento à interposição, e aplicou-lhe o efeito expansivo objetivo para, com supedâneo nos arts. 267, I, c/c 295, III, do CPC, declarar o feito primário (Ação Ordinária nº 001.2005.202590-0) resolvido sem apreciação de mérito, sem carga sucumbencial.

Em que pesem os argumentos jurídicos declinados nas razões recursais, entendo que não pode prosperar a tese trazida pelo Recorrente por motivo do término do concurso em tela.

A jurisprudência pátria é pacífica no sentido de que, havendo a homologação/encerramento do certame não há mais como efetuar as fases concursais. Neste diapasão, colaciono jurisprudência do Egrégio Superior Tribunal de Justiça:

MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. PEDIDO PARA PARTICIPAR DA SEGUNDA FASE DO CERTAME (CURSO DE FORMAÇÃO). CONCURSO CUJAS ATIVIDADES JÁ SE ENCERRARAM. PERDA DE OBJETO DO MANDAMUS. PRECEDENTES. 1. A jurisprudência desta Corte Superior de Justiça firmou-se no sentido de que há perda de objeto do mandamus, impetrado com o objetivo de assegurar direito à participação em etapa posterior de concurso público, se encerrado o certame durante o processamento do writ. 2. Mandado de segurança que se julga prejudicado, ante a perda de objeto. (MS 8142 / DF, S3, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, DJ 23/06/2008).

O interesse processual é condição da ação que se consubstancia em binômio, cujos termos são necessidade e utilidade do provimento objetivado com a demanda judicial. No presente caso, resta

09 - RA 0192424-7/01

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antonio, Recife/PE
CEP: 50.010.230 - Fone: (081) 3419-3726.



83
945

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

claro que o segundo aspecto do binômio, a utilidade do provimento judicial, mostra-se ausente, pois uma decisão proferida neste momento não seria capaz de satisfazer a pretensão do agravante.

No mesmo sentido, trago o conteúdo da decisão proferida pelo Eminentíssimo Desembargador desta Egrégia Corte de Justiça, Luiz Carlos Figueirêdo, ao tratar deste tema, na Apelação Cível nº 161857-3:

"...evidente que a ação sub examen perdeu seu objeto, sua razão de existir, não se havendo como, hoje, possam eles alcançar qualquer êxito com seu intento recursal. Isso porque, alcançado o término do prazo de validade do concurso público do qual os ora apelantes almejavam obter, através da presente lide, o direito à posse naquele cargo de agente de polícia, resta evidente que o provimento jurisdicional reclamado nesta lide encontra-se inalcançável, fulminado pelo simples decurso do tempo, cabendo-me, apenas, reconhecer a manifesta improcedência deste recurso, dado o acerto com que reconhecida, pelo magistrado sentenciante, a perda do objeto desta lide, nos termos do art. 267, VI CPC". (AC 161857-3, 7CC, Rel. Des. Luiz Carlos Figueiredo, DJ 28/05/2008).

Ademais, como anteriormente enfoco não se pode vislumbrar a realização isolada de fases de concurso que já alcançou seu termo final, sendo descabida qualquer ingerência do Poder Judiciário em momento posterior ao encerramento do certame.

Assim sendo, verifica-se a falta de interesse de agir, matéria esta de ordem pública, que pode ser reconhecida a qualquer tempo.

Assim, embasado em tais considerações, voto no sentido de **NEGAR PROVIMENTO** ao presente recurso, para manter incólume a decisão anteriormente proferida.

É como voto.

Recife, 28 / 01 / 2010

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator

09 - RA 0192424-7/01

Avenida Martins de Barros, nº 593, 2º andar, Santo Antonio, Recife/PE .
CEP: 50.010.270 - Fone: (081) 3419-3726.